

**A DIREITA RADICAL PORTUGUESA, O FIM DO IMPÉRIO E AS
ASPIRAÇÕES NEOCOLONIAIS (1976-1980)**
**THE PORTUGUESE RADICAL RIGHT, THE END OF THE
EMPIRE AND NEO-COLONIAL ASPIRATIONS (1976-1980)**

BRUNO MADEIRA
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho / CITCEM-UP
bruno.j.madeira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1555-3786>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/08/2022
Texto aprovado em / Text approved on: 15/03/2023

Resumo:

O fim da guerra colonial, o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos das colónias africanas e a independência das mesmas são centrais na narrativa da direita radical na primeira década de democracia em Portugal. A meditação sobre o fim histórico de Portugal, o trauma com a dissolução do império e a rejeição do confinamento do país às suas fronteiras europeias é quase omnipresente na produção escrita em que, sobretudo entre 1976 e 1980, este campo político foi profícuo. Ecoando sempre a ideologia colonial do Estado Novo e o providencialismo nacionalista da Filosofia Portuguesa, os seus quadros e as suas publicações empenharam-se na formulação e na publicação de projetos de regresso a África. Este artigo pretende discutir e matizar essas propostas que visaram ainda reafirmar a vocação atlantista do país e rejeitar a adesão à Comunidade Económica Europeia, que, então, se afirmava como grande desígnio nacional.

Palavras-chave:

Nacionalismo; neocolonialismo; direita radical; descolonização; portugalidade.

Abstract:

The end of the colonial war, the recognition of the right to self-determination for the peoples of the African colonies and their independence are central to the narrative of the radical right in the first decade of democracy in Portugal. The meditation on the historical end of Portugal, the trauma of the dissolution of the empire and the rejection of the country's confinement to its European borders is almost omnipresent in the writing in which, especially between 1976 and 1980, this political field was prolific. Always echoing the colonial ideology of the Estado Novo and the nationalist providentialism of Portuguese philosophy, its cadres and publications were committed to formulating and publishing projects of return to Africa. This article aims to discuss and clarify these proposals, which also sought to reaffirm the country's Atlanticist vocation and reject membership of the European Economic Community, which was seen as a major national goal at the time.

Keywords:

Nationalism; neocolonialism; radical right; decolonization; Portugueseness.

Notas introdutórias

O duplo impacto do fim do Estado Novo e da extinção do império colonial obrigou a direita radical portuguesa a reequacionar-se, a reorganizar-se e a encontrar estratégias de ação e de comunicação que lhe permitissem aspirar à recuperação do poder. O estado de espírito deste campo político, na sequência da Revolução, é sintetizado nas palavras que Jaime Nogueira Pinto proferiu no dia 25 de Abril de 1974: «Portugal acabou» (Pinto 1984a: 5). Esta sensação de liminaridade marca as leituras que as várias sensibilidades da direita radical fazem da Revolução e do Portugal democrático e pós-colonial.

Neste artigo propomo-nos discutir, partindo de uma abordagem sintética à forma como os quadros da direita radical da primeira década da democracia portuguesa sistematizaram e apresentaram a doutrina nacionalista, os aspetos particulares do nacionalismo português, a forma como (re)equacionaram a teleologia e a ontologia nacionais,

as considerações que teceram sobre o império colonial português e a descolonização e, sobretudo, os vários projetos de realização do que entendiam ser o desígnio histórico e espiritual de Portugal.

A reflexão que aqui se apresenta centra-se, essencialmente, no período entre 1976 e 1980. Não descurando a intervenção que a direita radical teve durante o biénio revolucionário – quer na sua fase partidária entre abril e 28 de setembro de 1974 (Madeira 2020: 217-249; Marchi 2020: 25-118), quer na sua fase de clandestinidade e ação terrorista em 1975 (Carvalho 2017) – e a aposta na intervenção metapolítica a partir do início da década de 1980, através de publicações como *Futuro Presente* [FP] e *Terceiro Milénio* (Madeira 2021), a verdade é que foi entre 1976 e 1980 que nasceram ou se revitalizaram as principais publicações periódicas deste campo político e se fundaram novas editoras, movimentos associativos e partidos políticos (Madeira 2020; Marchi 2017). Muitos destes acabarão por ser extintos em 1980 na sequência do desaire da coligação da direita radical nas eleições legislativas desse ano. É igualmente neste período que se assiste à fase mais expressiva da obsessão com a portugalidade e o papel de Portugal no mundo (Almeida 2017: 30). Tal ter-se-á ficado a dever ao desinteresse com que a Revolução terá encarado «o sentimento nacional», alienando-o do campo revolucionário e permitindo que a direita radical procedesse à «sua exaltada e frenética exploração» (Lourenço 1998: 63).

Apesar da reconfiguração organizacional e estratégica, que as direitas radicais protagonizaram entre 1976 e 1980, e das divergências, frequentes e profundas, relativamente às lideranças e à tática, à aposta na via eleitoral ou na metapolítica, à fidelidade aos princípios doutrinários do salazarismo, à redescoberta e revitalização do espírito nacional-revolucionário ou à conversão – devidamente temperada pelo catolicismo tradicionalista local – aos postulados teóricos da *nouvelle droite* e do neoliberalismo triunfante nas décadas de 1970 e 1980, as direitas radicais nunca questionaram o projeto, a missão e o destino históricos de Portugal tal como formulados pelo Estado Novo (Madeira 2020; Madeira 2021; Marchi 2017).

Para compreender os contornos da obsessão pela identidade, pela missão e pelo destino nacionais surgida nesses anos, centrar-nos-emos na análise dos principais órgãos de imprensa da direita radical: os semanários *A Rua* e *O Diabo*, ambos nascidos em 1976, as revistas *Resistência* e *Jornal Português de Economia & Finanças* [JPEF], que haviam iniciado a sua atividade durante o Estado Novo, e na publicação

que representou em Portugal o espírito da *nouvelle droite*, a FP. Estas publicações refletem as diferentes identidades e nuances ideológicas, prioridades e estratégias de intervenção e projetos de poder que marcam este campo político e que são um prolongamento das divisões existentes no Estado Novo. Se a *A Rua* e a *Resistência* se comprometeram com um projeto de intervenção partidária, de rápida reconquista do poder e de clara inspiração salazarista ou nacional-revolucionária, o *Jornal Português de Economia & Finanças* deu voz a uma sensibilidade, minoritária, mais próxima do programa político-ideológico do marcelismo e *O Diabo*, acolhendo e promovendo autores da direita salazarista, nacional-revolucionária e radical, desenvolveu, sobretudo a partir de 1979, uma linha editorial de apoio claro à Aliança Democrática.

Será com base nestes periódicos e em várias obras publicadas por chancelas associadas ao universo editorial e associativo da direita radical que identificaremos e discutiremos as propostas de retorno a África, nomeadamente as que assentam na cooperação/tutela linguístico-cultural e nos projetos de criação de uma comunidade político-económica. Neste sentido, forçar-nos-emos, essencialmente, na defesa direitista da vocação atlantista de Portugal e nos planos que, em conformidade com essa interpretação teleológica, elaboraram no sentido do ressurgimento ou da refundação da pátria.

Um nacionalismo preso à ideologia colonial do Estado Novo

A mundividência nacionalista assenta no pressuposto de que a nação a que se pertence é superior às demais nações, porque ontológica e teleologicamente destinada a sê-lo – trata-se, no fundo, da simbiose entre a história da criação do mundo e a do povo-nação eleito (Gellner 1965: 1). Assim, cada nacionalismo atribui à sua pátria características existenciais únicas e uma missão exclusiva e da mais singular e vital importância para todo o povo, se não para toda a humanidade.

O nacionalismo é uma doutrina particularista e essencialista. A particularidade ou a singularidade de que um povo se reveste advêm-lhe do seu fundo étnico, do seu processo de formação, da sua língua, religiosidade e forma de organização social ou política, das suas realizações pretéritas e do seu temperamento e modo de estar no mundo. A língua é apontada nas teses nacionalistas, na senda do romantismo

herderiano (Llobera 2000; Smith 1997) como sendo um dos principais testemunhos, senão o maior, da ontologia de cada povo.

Conceitos como «génio nacional», «nacionalismo cultural» ou «providencialismo nacional» são elementos-chave para a compreensão das teses nacionalistas. Além de promoverem uma clara demarcação e distinção valorativa e identitária face ao «outro», as ideias em torno do «génio nacional» e do «nacionalismo cultural» servem ainda como fundamentação para uma caracterização fixista de um pretenso modo de ser e de estar nacionais, «estipulando que assim é que deverá ser-se porque assim é que se foi e se é» (Almeida 2017: 175).

No que concerne ao «providencialismo nacional», resulta evidente a ligação que é estabelecida entre a vontade divina e a «missão» ou o «destino» nacionais (Azevedo 2007). Desta forma, a sacralização da função de determinado povo no mundo transforma-a, simultaneamente, em objeto da mais elevada e transcendente dignidade e em imperativo categórico. O nacionalismo é, assim, uma doutrina determinista que se fundamenta numa teleologia nacional, delegada por Deus, que tem de se realizar, sob pena da condenação à dissolução.

Na mundividência nacionalista a nação é percecionada como um organismo vivo que, à imagem dos demais, enfrenta um ciclo vital. A decadência e a morte do organismo pátrio ficar-se-iam a dever, neste esquema, à dissolução dos vínculos entre os indivíduos e os valores fundadores, ontológicos e teleológicos do Estado-nação. O resultado dessa decadência crescente é a morte do organismo nacional.

Real afirmou que no período moderno e contemporâneo «Portugal oscilou entre duas visões do mundo supremamente conflituosas: o providencialismo messiânico da Igreja e do Estado [...] e o racionalismo e o empirismo europeu» (Real 2011: 13). A primeira mundividência, aquela da qual a direita radical do pós-25 de Abril é tributária, assentaria no culto do poder exemplar e condutor das elites e dos homens providenciais e «na singularidade cultural e política de Portugal face aos restantes países europeus, como se os portugueses se tivessem constituído como o segundo povo eleito de Deus» (Real 2011: 13).

Margarido identificou a principal transformação que, a partir de 1976, o pensamento nacionalista operou numa ideologia que radica nos contributos teóricos da Renascença Portuguesa, da ideologia colonial do Estado Novo e da Filosofia Portuguesa. Tratou-se da elevação da língua portuguesa ao papel antes desempenhado pelos territórios coloniais.

A lógica subjacente a esta transformação da mundividência nacionalista consubstancia a ideia de que «Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispo de um agente específico, a língua portuguesa» que lhe permitiria restaurar a sua «grandeza» no mundo (Margarido 2000: 29). Esta exaltação da língua surge, neste contexto, como um instrumento de dominação neocolonial. Para aqueles que a protagonizaram, reconhecer a dádiva da língua, corresponderia à aceitação da obra cultural, espiritual e civilizacional que o nacionalismo português atribui aos quinhentos anos de colonização.

Todas as representações da direita radical apontam a nação como o espaço de comunhão do passado, do presente e do futuro e ponto de partida e de chegada da razão de ser do Estado e de todos os atos políticos da comunidade. A título de exemplo e para melhor caracterizar esta dimensão primordial do nacionalismo, recorreremos ao que sobre o tema escreveram António da Cruz Rodrigues, Jaime Nogueira Pinto e Joaquim Veríssimo Serrão. Rodrigues, sublinhando o carácter de «comunidade de destino» e de «comunidade intemporal» da nação, considerou que é ela que individualiza o sujeito e a sociedade face aos indivíduos e às comunidades de outros espaços nacionais. Imperativo realizado e transmitido às novas gerações através dos séculos, a nação «dá-nos no universal um lugar próprio, específico, distinto, à parte». Comunidade de destino permanente, «a Pátria é como um projeto concebido e melhorado por sucessivas experiências, transformado em obra nas etapas da história» (Rodrigues 1977: 15-16).

Ou se respeitava e cumpria esse projeto, honrando os mortos e cuidando do porvir, ou se desobedecia e transfigurava o desígnio nacional, traindo os homens modelares do passado e condenando as gerações futuras à perda da consciência, dos valores e da essência nacionais e à alienação da própria independência territorial e espiritual. Por conseguinte, de acordo com Pinto, o desejo de conservar o território e a tradição e de realizar o projeto nacional dependiam da vitalidade e da vontade nacionais, de um patriotismo consciente do valor insuperável «do vínculo histórico-jurídico e político que prende um homem à comunidade nacional onde nasceu e o leva a sacrificar-lhe, em casos limite, a vida». A ação desmoralizante das forças antinação, os períodos de estagnação potenciadores da letargia, da alienação e da falta de criatividade e de ímpeto nacionalistas e os momentos de crise geradores de incertezas e de dúvidas poderiam diminuir ou destruir a vitalidade que impelia à defesa e ao engrandecimento da nação. Os povos deviam ser chamados a fazer prova do seu nacionalismo,

revigorando-se a si, ao espírito nacional e à pátria. Para Pinto, «a vontade histórica de viver de um Povo tem, às vezes, que ser testada e provada, no campo das armas, pelo sangue e pelo aço» (1982a).

De resto, como afirmou Serrão, «não pode haver limitações a esse sentimento intangível e profundo». Seriam a justificação da própria existência e finalidade dos homens, individual e nacionalmente considerados: enquadravam-nos e definiam-lhes o compasso moral, ético e teleológico pelo qual poderiam guiar as suas vidas de acordo com o interesse da nação, realizando-se no cumprimento do seu interesse e do seu projeto e dando-lhe como propósito autorrealizador a defesa daquela forma de ser e de estar e daquela formação geográfica, se necessário sacrificando a própria vida em prol desse ideal supremo. Um sentimento e um vínculo ao território, à tradição e à história nacionais que, para o autor, não eram o produto de uma construção ideológica, de um figurino político-institucional transitório ou de interesses circunstanciais da classe dominante. Esse tipo de motivações menores não poderia gerar

um afeto de natureza permanente e que é uma constante do nosso espírito. O ideal da Pátria [...] nutre-se do apego à terra, dos laços do sangue, do culto da língua e da força da tradição, sendo a herança multissecular que une a consciência do homem aos imperativos da História (Serrão 1980).

O fim do império: reações e trauma

O movimento descolonizador inaugurado pelo Programa do MFA foi violenta e permanentemente condenado pela direita radical e classificado, por Pinto, como «um crime nacional e contra a Humanidade» (Pinto 1984b). O reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos e dos territórios colonizados por Portugal foi rejeitado porque destruiria a força moral e anímica do povo português e as condições materiais e geopolíticas que permitiam a existência e a sobrevivência do país. Para a direita radical, tratou-se de uma traição que privou o país da sua missão e do seu devir históricos.

Deste modo, resulta evidente que parte substancial da sua produção escrita tenha incidido sobre a descolonização, denunciando os alegados crimes e traições ao interesse nacional perpetrados pelos governantes

e pelos militares envolvidos no processo, clamando pelos direitos dos «retornados», exigindo a punição dos responsáveis e revelando o que interpretavam como sendo sinais do caos, da arbitrariedade e do retrocesso civilizacional que se instalara nas ex-colônias depois das independências.

A mais de um mês da promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74 e do discurso de António de Spínola que consagraram o direito à autodeterminação dos povos africanos em todas as suas potenciais consequências, nomeadamente a independência, as palavras de Valdez dos Santos eram já ilustrativas do que seria a narrativa da direita radical sobre a descolonização. Intuindo o sentido que a Revolução e a resolução do problema colonial tomariam, afirma que era «legítimo [...] pensar que o exercício de liberdade não pode começar com a condenação à morte, à escravidão ou à ruína, de tantos milhões de seres que acreditaram e alinharam sempre com os ideais nacionais portugueses» (Santos 1974: 8).

A direita radical considerou que «a *descolonização* tem um nome: traição e entrega – e um executor: a covardia e o silêncio» (*A Rua* 1977) e que foi «trágica e criminosa [a] “descolonização” feita sob o medo à responsabilidade» (*O Sol* 1976), pondo em causa a própria viabilidade da pátria. As acusações eram dirigidas, sobretudo, aos militares e aos líderes políticos que defenderam e executaram a descolonização. De acordo com Gonçalo Mesquitela, os militares, cansados e receosos dos combates em África, estariam desejosos de voltar ao conforto dos quartéis e de «poderem gozar o justo repouso dos heróis com a vantagem de economias arduamente conseguidas». Os políticos, por seu lado, esperavam que uma retirada rápida e sem condições de África conquistasse a boa vontade das potências internacionais e, sobretudo, os seus capitais. Deste modo, «socializado o País, descolonizado o Império, anulada a nossa opinião mundial, o *justo repouso* estender-se-ia a toda a nação europeia. A sua população reduzida poderia viver feliz» (Mesquitela 1976).

Quase dez anos depois da Revolução, em março de 1984, Pinto afirmou que a raiva dera já lugar «ao cansaço e [à] melancolia», nunca ao esquecimento ou à aceitação. À distância de uma década, divisar-se-ia apenas a lenta – porém, contínua – decadência nacional, em que sobravam, somente, «o terrível peso do silêncio e da desesperança a cair sobre um povo» e a «mediocridade que vem do triunfo dos impunes» (Pinto 1984c).

Apesar de os direitoistas entenderem que a razão lhes assistia, que a história lhes provara o acerto e que o futuro lhes faria justiça, e de

estarem convictos de que a descolonização fora o mais grave ataque à soberania e ao modo de ser nacionais e de que o povo, cada vez mais numerosa e expressivamente, enjeitaria a totalidade do legado político do período revolucionário, a verdade é que esse reconhecimento popular do nacionalismo tardava em concretizar-se e Portugal parecia cada vez mais inclinado para o projeto europeísta.

«Voltar a haver terra e manhã» (Pinto 1980a): atlantismo e neocolonialismo

Face ao trauma que a derrota do colonialismo português e a descolonização lhe causaram, a direita radical propôs-se definir, sob novos modelos de dominação, os modos de relacionamento possível com as ex-colónias africanas. Radicada ainda nas formulações da ontologia e da teleologia nacionais herdadas do Estado Novo (Castelo 1999; Cunha 2000), cria ser esta a única forma de salvar Portugal, reinserindo-o na senda da sua missão e do seu destino, agora em circunstâncias e com limitações e instrumentos profundamente distintos dos de outrora.

Para lograr esse objetivo, impor-se-ia, antes de mais, «a compreensão de que a sobrevivência de Portugal passa pela superação total de uma visão territorialista» do país. Perdida a dimensão física, a importância e a expressão do país no mundo deveriam passar a medir-se pela manifestação do legado cultural português, nomeadamente da língua. Assim, o novo sentido da existência pátria «terá de ser encontrado numa perspetiva mais espiritual de comunidade nacional, afinal baseada no princípio de que Portugal são os que desejam ser portugueses». Neste sentido, Portugal seria «mais uma forma de estar no Mundo do que um território físico com fronteiras limitadas» (Júdice 1977).

A desmaterialização do império surge como um dos meios encontrados pelo nacionalismo português para assegurar a sua sobrevivência, transformando-o numa entidade metafísica que produziria uma unidade perene entre todos aqueles que haviam sido tocados pela cultura, pela fé e pelo modo de ser portugueses. Trata-se de um novo projeto imperial que, embora reconhecendo a inviabilidade da sua restauração territorial, visou a criação de um quadro de relações diplomáticas, políticas, culturais e económicas que atribuiria a Portugal o estatuto de pátria-mãe tutelar desses Estados. De resto, como indicavam as palavras de Adriano Moreira no Dia de Portugal, urgia disseminar a

convicção mística de que a um povo agente da cristianização deveria necessariamente estar reservado ter de morrer no calvário da história contemporânea, para que a sua cruz ressuscite na vida, na história, na lembrança, no comportamento, no triunfo e na comunhão de todos os povos que se alimentam do seu corpo e do seu sangue (Moreira 1985: 102).

O principal obstáculo à implementação deste novo ideal pátrio era a letargia em que os portugueses teriam entrado desde 25 de Abril de 1974. De acordo com a direita radical, estes teriam sido induzidos, pela imprensa, pelo discurso oficial e pela escola, a sentir vergonha e a rejeitar o passado colonial da nação. Sem força anímica para reagir à destruição do país, sem ter uma ideia de Portugal ou de portugalidade pela qual se bater,

o português perdeu o seu orgulho nacional [...]. Mas ao orgulho nacional é preferível a consciência de si próprio como cidadão de uma pátria antiga e civilizadora, uma das que mais contribuiu para a evolução do Ocidente e em geral da Ecúmena; é mais vantajosa a firme determinação de prosseguir um rumo de personalidade e de criação, agora noutros termos, em cooperação com outros povos afins, com humildade e com segurança (Quadros 1978: 43).

Por conseguinte, uma das grandes prioridades dos nacionalistas teria de assentar na restauração do orgulho nacional e na mobilização dos portugueses em torno de um novo ideal pátrio, simultaneamente galvanizador e realizável. Era necessário repensar Portugal num enquadramento geográfico e humano que superara há quinhentos anos, não existindo já na memória coletiva resquícios da experiência anterior à expansão colonial e ao império. Havia também que identificar, entre a degradação e a traição políticas que se teriam instalado depois da Revolução, «a quem interessa continuar Portugal», assim como quem estava em condições de assegurar essa continuação, tendo em conta que o país fora «separado do melhor do seu corpo» e que regressara ao «ponto alfa» da sua «criação nacional» (Múrias 1977a).

Era ainda necessário contrariar quaisquer ilusões sobre uma possível restauração do império tal como ele fora até à descolonização. Como frisou Pinto (1978), urgia definir claramente «que país queremos ser» e fazê-lo «sem reabrir hipóteses sobre o irremediável, sem construir sobre

ses mortos e enterrados, sem repetir libelos mil vezes formulados». Por fim, apontava-se ao ajuste de contas com os responsáveis militares e políticos pelo fim do império (Madeira 2020; Aguiar 1978; Amorim 1976).

Uma vez julgado o inimigo e evitada a tentação de se confiarem cegamente ao primeiro aspirante a homem providencial que se oferecesse para os conduzir, os nacionalistas deveriam «interrogar a História e o Futuro, a Razão e o Mito, a Tradição e a Revolução; [...] recordar que os homens só lutam pelo que amam, só amam o que respeitam e só respeitam o que conhecem; e fazer uma peregrinação humilde (mas não amarga) pelo que ficou». Além do torrão natal e do povo, com o seu património, a sua herança cultural e o seu modo particular de ser, sentir e viver, que careciam de defesa e revitalização, ficara ainda «a memória dos Heróis», a ira e a indignação dos que sentiam ter-se batido em vão e dos que tudo tinham perdido em África. De novo no cais de partida, havia que conceptualizar uma nova «Índia» aspiracional que concitasse o apoio e a mobilização nacionais:

a Índia é sabermos porque perdemos, porque vamos passar fome, porque regressamos sem Fé nem especiarias, sem glória nem saque, sozinhos com o presente catastrófico e o futuro ainda pior. A Índia é vencer todos os dias o desgosto e a náusea dos que nos entregaram [...]. A Índia é a esperança de redimir a vergonha e desolação que matam e humilham este Povo que outrora foi grande e generoso e agora vegeta, estrangeiro, na Lisboa sem Descobertas. A Índia é estar num barco triste, sem norte nem bússola, entre nevoeiro e escolhos sem fim, e querer partir outra vez. A Índia é sentir estes restos da memória de naus e império e este sentimento do irremediável histórico de alguma coisa muito grande que se perdeu à deriva [...]. A Índia é, acima de tudo e por tudo isto, a vontade de ainda navegar. A Índia é querer chegar lá (Pinto 1977).

A redenção da obra civilizacional portuguesa, a força anímica para resistir à destruição revolucionária e para impedir a morte do país, o fundo onde se formariam os novos sonho e ideal pátrios, a pulsão irrefragável de retomar o cumprimento da missão e do destino nacionais, e a capacidade de superar a miséria e a fragilidade presentes e de reclamar o lugar e o papel no mundo que eram seus por direito, viriam, na narrativa direitista, da alma, da consciência histórica e do nacionalismo populares. Mais do que pelas armas e pelos homens, a nova

Índia dos portugueses nasceria do espírito e por ele seria conquistada, como demonstração da vitalidade e da vontade nacionais.

Mesmo perante a perspetiva mais pessimista e fatalista de Múrias – que declarou «sentimo-nos morrer com a Pátria, [...] vivendo os últimos instantes da nacionalidade ferida. [...] Anões daqui em diante [...]». Somos uma nação perdida» – era sempre reafirmada a necessidade imperiosa «de nos recomeçar em coordenadas completamente novas» (Múrias 1977b). Essas novas coordenadas teriam obrigatoriamente de se fundar na experiência imperial pretérita, nos ensinamentos da derrota e na formulação, à luz das novas circunstâncias, de uma «patriosofia» que desse resposta aos anseios e às necessidades perenes do povo português, que realizasse a sua vocação e que permitisse o cumprimento do desígnio nacional.

Impunha-se uma redescoberta de Portugal que passaria pela eliminação da influência do marxismo e da democracia liberal sobre a sociedade e as instituições e pela recusa de que um Estado com um passado grandioso pudesse, agora, apresentar-se às portas da Europa como parente pobre e subdesenvolvido em busca de esmola e orientação. Deste modo, para *A Rua*, «redescobrir Portugal é recriar, motivadamente, o orgulho de se ser português. E motivadamente, também, cumprir um destino pleno de tarefas difíceis mas remissoras» (*A Rua* 1979).

Embora parte da direita radical tenha apostado na luta partidária e eleitoral, sobretudo em torno das legislativas de 1979 e 1980 (Madeira 2020; Marchi 2017), a centralidade do combate metapolítico foi evidente desde muito cedo no discurso e na ação de todo esse campo político. Como afirmou Pinto, «a reforma (ou revolução) intelectual e moral do País é [...] a condição *sine qua non* da restauração nacional» (Pinto 1984a). A sobrevivência nacional imporia que se estabelecessem os mínimos éticos capazes de concitar, ainda que apenas utilitária e transitoriamente, a união dos nacionalistas. Forçaria também a que à ideia nova e ao mínimo ético comum se somasse o delinear, sem pretensões maximalistas, dos princípios, valores e objetivos coletivos em relação aos quais não poderia haver lugar a transigências. Tratar-se-ia de um encontro de vontades conciliáveis e de mundividências díspares que consistiria, acima de tudo, num «ato de vida e de fé» que definiria rigorosamente as «linhas da amizade e da inimizade radical» e que, obrigado ao ecumenismo português, privilegiaria «os laços culturais, económicos e políticos» com as ex-colónias (Pinto 1980b: 20).

A juventude e os ex-combatentes assumiriam neste «ato de vida e de fé» um papel central. Ao contrário de personagens como Kaúlza de Arriaga, Galvão de Melo ou até Manuel Maria Múrias, o discurso de Pinto releva a convicção de que a restauração nacionalista não poderia ser alcançada apenas pela direita radical que no Estado Novo se encontrava ideologicamente dividida, que nas guerras coloniais fora derrotada e que no pós-25 de Abril se revelara incapaz de se unir e formular um projeto de atuação comum. Tendo em conta as velhas animosidades pessoais, o diferente grau de militância e de disponibilidade para o sacrifício individual, as eternas disputas entre fações e candidatos a chefes, o carácter inultrapassável que o trauma do desfecho do ciclo imperial parecia representar para alguns ou as concessões à democracia e ao pluralismo político-partidário que muitos demonstraram estar dispostos a fazer, em graus diversos, para assegurar o seu futuro, Pinto exortava a última geração do império a tomar consciência de que os «homens de ontem nunca podem [...] ser os homens de amanhã» (Pinto 1981). Por isso, a adesão da juventude ao nacionalismo, o seu envolvimento na intervenção metapolítica e a sua mobilização para a luta quotidiana contra o inimigo comum afiguravam-se decisivos para que a direita pudesse lograr a almejada restauração nacional. Esta deveria compreender que «os impérios do nosso tempo são impérios de Ideias» (Pinto 1980) e que, por conseguinte, através das ideias seriam combatidos e derrotados – uma luta necessariamente longa e de desfecho imprevisível.

Apesar dos apelos à guerra de posição, alguns quadros da direita radical nunca deixaram de formular e defender projetos de restauração, a curto ou médio prazo, do domínio português sobre as suas ex-colónias. O substrato essencial do pensamento deste campo político no que concerne ao lugar de Portugal no mundo continuava a ser marcado pelo pluricontinentalismo e pelo atlantismo. Este último poderia consubstanciar-se numa nova colonização de África ou na formação de uma comunidade política entre os Estados de língua oficial portuguesa das duas margens do Atlântico. Implicaria a criação de relações privilegiadas e complementares com esses Estados e a assunção do papel de intermediário ou de árbitro entre as ex-colónias e a comunidade internacional. Seria compatível, por fim, com a construção de uma associação eminentemente cultural entre as diversas nações que haviam sido dominadas pelos portugueses. Na aceção pretensamente civilizacional e ecuménica desta última tipologia de projeto atlantista,

a tónica era colocada, sobretudo, na língua partilhada. Na perspetiva metafísica, por seu lado, era a dimensão religiosa, espiritual e cultural – a ideia de Quinto Império – que se destacava.

«Portugal será então outra vez Portugal»: Eduardo Freitas da Costa e a criação da Suíça Sul-Africana

Eduardo Freitas da Costa foi um dos quadros da direita radical que mais se dedicou, na segunda metade dos anos 1970, à equação das condições em que Portugal poderia retornar a África. Fê-lo apresentando o país como guarda-avançada da civilização judaico-cristã e estabelecendo uma relação simbiótica entre o pretense declínio português e a decadência do poder ocidental no contexto da Guerra Fria. Portugal reuniria, pela sua história e pela conformação ôntica do seu povo, as condições ideais para, logrando a sua própria restauração, recuperar o predomínio ocidental sobre o mundo. Ao contrário dos restantes Estados europeus, o país seria o resultado «de uma expansão pluricontinental» e não de uma «conglomerção dentro de fronteiras políticas naturais». Logo, o confinamento da nação aos seus limites físicos europeus, negando-lhe a expressão e o exercício da sua vocação, equivaleria, irremediavelmente, à condenação da sua existência enquanto Estado independente. Assim, a «real existência de Portugal na nossa época exige [...] a sua expansão em pluricontinentalidade, com base num macroespaço em condições bastantes de ecumenismo e de aculturação» (Costa 1978a: 25-33).

A revitalização do país e do Ocidente passaria ainda pela «restauração de uma cristandade autêntica e de sentido realmente ecuménico» e por uma recuperação do ideal cristão que exigia «a confluência entre condições geo-sócio-económicas de “base de arranque” [...] e virtualidade de reserva espiritual» (Costa 1978a: 43-44). Quinhentos anos depois da expansão colonial europeia, o Ocidente carecia de encontrar um novo mundo, físico, em que pudesse refundar-se. Para o autor, essa base geográfica imprescindível ao reavivamento moral e cultural do Ocidente situava-se na África Austral. Deste modo – à imagem do que a direita radical sempre argumentou a propósito, primeiro, da manutenção da guerra colonial e, depois, da descolonização e da necessidade da restauração do imperialismo português –, Costa fazia depender a sorte e o poder de Portugal dos do Ocidente, e vice-versa, apenas para tornar viável um

desígnio que o país jamais teria força para cumprir sozinho, afirmando que o colonialismo português em África e a sua dimensão atlântica eram fundamentais à defesa do Ocidente e à contenção da ameaça soviética.

Nesta linha argumentativa, era decisivo para o futuro do mundo euro-americano voltar a ocupar África, negar a independência e a liberdade aos africanos e, sobretudo, explorar as suas riquezas naturais e a sua força de trabalho. Por outro lado, e indo ao encontro dos sonhos restauracionistas do nacionalismo português, a região apontada como base para o renascimento ocidental compreendia os territórios de Angola e de Moçambique, abarcando ainda os Estados racistas da Rodésia e da África do Sul, assim como o Malawi e a Zâmbia – com os quais Portugal, sobretudo através de Jorge Jardim, mantivera boas relações diplomáticas durante a guerra colonial – e o Botswana, o Lesoto, a Suazilândia e a Namíbia – à data, esta última era ainda uma colónia da África do Sul.

Portugal apenas poderia perspetivar um futuro de desenvolvimento, de prosperidade, de independência e de realização ôntica e teleológica se concebesse o seu projeto nacional com os olhos postos no oceano que banha as suas margens europeias e, essencialmente, nos territórios que outrora colonizara. De modo concordante com o sentido e a ação históricos do país, o seu destino desenhava-se além-mar e não na estreita e sufocante pequenez e periferia europeias. Fundando um «novo Condado Portucalense» na África Austral,

Portugal será então outra vez Portugal – africano, agora mais do que europeu, como terra e como alma [...], aí, na África Austral do século XXI, será realmente Portugal e aí há-de ser a sua metrópole e a sua capital para o balizador ano 2000. [...] Se não instaurar na África Austral um núcleo dinamizador da nova expansão pluricontinental, Portugal não poderá renascer para o século XXI (Costa 1978a: 50-53).

Do ponto de vista internacional, a humanidade beneficiaria, defendeu, de que aquela zona fosse administrada e conduzida por quem, alinhado com os valores ocidentais, tão bem a conhecia e de forma tão exemplar a governara nos últimos séculos (Costa 1978b: 19). Por outro lado, calculando que a metrópole apresentava já um excedente populacional na ordem dos 50% e afirmando que era demasiado ampla e pesada a máquina administrativa do Estado português, a formação desse núcleo inicial da nova expansão permitiria ainda escoar metade da população continental

e alocar os recursos burocráticos que na metrópole existissem em excesso (Costa 1978b: 38-40). Em suma, para Costa, tratava-se de «criar [...] uma espécie de “Suíça Sul-Africana” [...] que [...] se tornaria o núcleo motor do livre desenvolvimento socioeconómico das áreas subdesenvolvidas da África Austral» (Costa 1978b: 43-44).

O regresso a África a partir da constituição de uma comunidade política com as ex-colónias

Salvo algumas exceções de denodado europeísmo de recém-convertidos e daqueles que, pela sua formação ou funções essencialmente tecnocráticas, já antes do 25 de Abril se batiam pela aproximação à Europa e pela integração nos seus mercados, as diferentes sensibilidades da direita radical sempre se manifestaram a favor do atlantismo. Como sublinhou Felgueiras Barreto, o prolongado apartamento de Portugal em relação à Europa e a sua secular consagração à vida e à realização além-mar teriam produzido, natural e cumulativamente, uma predisposição e uma vocação para a navegação, para a autoexclusão do limitado e apertado contexto europeu e para uma autorreferenciação pluricontinental. Produtor de uma cultura e de uma vivência religiosa sincréticas e ecuménicas, Portugal deveria agora sentir graves dificuldades em constranger-se à estandardização cultural do continente europeu e em adaptar-se aos seus códigos e normas. Por conseguinte, a formação de uma associação entre Portugal, o Brasil e as ex-colónias

seria uma Comunidade “real” de expressão lusíada que nos diria mais do que uma Comunidade Europeia onde seremos sempre peça sem valor, absorvida por interesses estranhos aos nossos e onde a nossa Vocação Atlântica não só não seria compreendida mas seria antes, como sempre o foi, hostilizada (Barreto 1976: 7).

Foi também no sentido de dar resposta a esse ímpeto vocacional que Crespo de Carvalho exigiu que o novo projeto nacional concretizasse: i) a missão evangélica e ecuménica do país; ii) a «reafirmação da igualdade de raças e do plurirracismo histórico e multissecular da Nação»; iii) a plena igualdade económica entre todos os membros da nova comunidade pluricontinental; iv) a «obtenção de cada vez maior síntese cultural com

elementos europeus e nativos-africanos da Nação e não imposição da língua portuguesa»; v) a elaboração de um quadro legal e institucional que acomodasse esta nova relação (Carvalho 1974: 61-62). Tal como no projeto nacional proposto por Costa, as palavras de Carvalho, ao invés de constituírem uma novidade ou uma atualização do ideal nacional, são uma reedição do discurso dos integristas.

Na narrativa da direita radical, o ímpeto para a criação da comunidade, neocolonial na sua fundamentação e nos seus desígnios, entre Portugal e as suas antigas colónias africanas não seria exclusivo dos nacionalistas portugueses. Ameaçados pelo expansionismo dos seus vizinhos ou pelo imperialismo soviético, os novos Estados africanos de língua oficial portuguesa rapidamente se voltariam para os seus antigos senhores em busca de proteção e de cooperação. Deste modo, sugeriu Múrias (1984d), Portugal deveria procurar estabelecer, por via diplomática, um «comunitarismo económico e cultural, fazendo-se eventualmente política unitarizante, depois de se terem esgotado todas as possibilidades que nos oferece a fundação duma comunidade». Tal como em Costa e em Carvalho, a enunciação de uma política «unitarizante» é reveladora do espírito integrista e neocolonial que informa o pensamento de Múrias. Assim, e independentemente das condições, dos meios e dos custos, Pinto defendeu que

os Portugueses não podem nem devem estar ausentes do que, ao longo de mais de meio milénio, constituiu o seu espaço vital. E, desaparecida a presença pelos tambores e pelas bandeiras, há que buscar, nas malhas do comércio, da cultura, da complementaridade e da convivência históricas, as formas de uma nova Aventura (Pinto 1982b).

Impossibilitada, pela derrota militar e política, pelo contexto internacional e pela ausência de força ou de vontade nacionais, de reabilitar os ideais, a imagética e as bases materiais do poder imperial, a direita radical propunha que se reatassem, pelas vias possíveis, as relações com as jovens nações africanas, mas agora de tipo neocolonial.

Língua, cultura e fé como instrumentos de dominação neocolonial

A preponderância do idioma como elemento aglutinador das diversas parcelas do derrotado império colonial português foi transversal aos

sectores democráticos e radicais da direita. Adriano Moreira declarou que «a língua também pode ser a nossa Pátria comum» (Moreira 1977: 83). Pinharanda Gomes estatuiu que «a liberdade de ser lusíada é condição que temos de requerer e de conquistar. Se não morrermos portugueses, seremos, pela língua, não o túmulo, mas a nau. E a nau é mais do que a caravela; é a palavra, onde o mesmo sopro inspira» (Gomes 1979: 294-295). Essa língua partilhada traduziria «a definição dum padrão ético para a comunidade, dum estilo de vida coletivo, das prioridades da política do Espírito», cuja definição era tarefa nacional prioritária (Caeiro 1981: 118). Tratar-se-ia, no fundo, de transformar a perda do império no mote para a consagração de Portugal numa «Pátria essencialmente espiritual» (*Resistência* 1975: 6).

Foi Alexandre Coelho, contudo, quem, em *Portugal Guia do Mundo* e *Portugal em Perigo*, apresentou uma mais aturada e sistemática discussão do projeto nacional à luz da obra de carácter eminentemente metafísico que o país deveria adotar. As suas teses eram, antes de mais, informadas por um profundo sentimento religioso. Nesse sentido, era a fé que o fazia descrever da possibilidade do triunfo mundial do comunismo e o convencia da inevitabilidade de Portugal, mais cedo ou mais tarde, se realizar, «conforme os destinos de Deus, numa Pátria integrando todos, mas todos os Povos de Expressão Lusíada, numa Integração sincera, aberta e livre desses mesmos Povos em torno de um Ideal Comum» (Coelho 1980: 13). Para o autor, as antigas colónias eram «parte do mesmo corpo e da mesma Alma que é a Pátria Portuguesa, conforme Deus pretendeu que fosse instituída no Mundo, como um País Pluricontinental integrado» (Coelho 1980: 42).

Nesta justificação de ordem espiritual do passado colonial português e da necessidade do reatamento desse tipo de relação política, económica e cultural com as ex-colónias, o autor fez do império pluricontinental português um mister divino e o exemplo escolhido pela Providência para demonstrar ao mundo que deveria, à imagem do que teria sido a sociedade pluricontinental portuguesa, viver em harmonia e concórdia. Assim foi no passado e assim tornaria a ser no futuro, pois,

por sermos [...] o Cume da Cabeça da Europa é daqui que partirá um Novo Descobrimento do Mundo, mas desta vez numa Ação Espiritual em primeiro lugar, que procure elevar todos os Povos à Suprema Dignificação da Vida, que é a de termos sido criados à Imagem e Semelhança de Deus (Coelho 1981: 24).

Notas conclusivas

Ao contrário do atlantismo democrático, que empreendeu uma reaproximação aos novos Estados pós-coloniais baseada no património linguístico e cultural comum, nos interesses afins dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Portugal e numa relação igualitária entre todos os membros dessa comunidade, a direita radical visava a recuperação da hegemonia sobre as ex-colónias, alimentada pela doutrina imperialista de Salazar.

Independentemente de ter privilegiado, no seu discurso, a tradição, a vocação nacional, a necessidade económica, o serviço à causa ocidental ou os imperativos espirituais e evangélicos, a direita radical teve sempre por prioridade a promoção de projetos de retorno a África. Focada no objetivo de restabelecer o domínio político sobre esses territórios, o modo ou o veículo pelo qual fariam a primeira aproximação às novas nações parecia ser o menos importante. Da sua produção escrita sobre o tema releva o trauma e o inconformismo com a perda do império colonial e a indisponibilidade para se resignarem à redução territorial, política, económica e cultural do país às suas fronteiras europeias. A descolonização foi combatida através do ajuste de contas, na imprensa, com os seus responsáveis, do enaltecimento da obra cultural, ecuménica e civilizacional que Portugal teria realizado e da elaboração de projetos de restauração do pluricontinentalismo português. O regresso de Portugal a África era também apontado pelas direitas radicais como crucial para estancar a expansão dos interesses soviéticos em África e para resolver a Guerra Fria em favor dos valores cristãos e ocidentais.

Fosse por que arte fosse, o «havemos de voltar» era, inequivocamente, o mantra e a aspiração predominante no campo nacionalista. Como se proclamou no semanário *Vária 8*, «havemos de voltar às terras que descobrimos e desbravámos e ensinámos e impulsionámos» (Lusitano 1975). Uma vez conscientes os africanos de que haviam sido vítimas de traição por parte dos movimentos de libertação que diziam representá-los, incapazes já de aguentar a fome, a doença, as arbitrariedades, a miséria e a destruição semeadas pela guerra civil, «havemos de voltar, porque seremos chamados pelos que, entregues às feras da subversão total dos valores humanos, foram abandonados a si próprios». Acima de tudo, exclamou-se, «havemos de voltar, retomando o rumo do nosso destino, continuando Portugal e realizando Portugal, perseguindo obras

válidas e criando nações possíveis» (Lusitano 1975). Com efeito, e a despeito de todas as causas e princípios pelos quais se bateu em Portugal no pós-25 de Abril, voltar a África foi sempre o sonho maior da direita radical portuguesa e encarado como corolário lógico da restauração ou da refundação nacional que pretendia realizar.

Fontes e Bibliografia

- “O povo tem os olhos abertos” (1979). *A Rua*, 152, 10 de maio, 1.
- “Os refugiados – não” (1977). *A Rua*, 51, 24 de março, 11.
- “Quando a Pátria agoniza é só trabalhando que se lhe prova amor” (1978). *O Sol*, 3, 23 de março, 1.
- “Um Retornado de África: Manifesto aos Portugueses” (1975). *Resistência*, 117, 30 de dezembro, 6-7.
- Aguiar, Luiz (1978). *Julgamento dos Responsáveis*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2017). *A Obsessão da Portugalidade*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Amorim, Fernando Pacheco de (1976). *Manifesto Contra a Traição*. Vol. 1-3. Braga: edição do autor.
- Azevedo, António (2007). *Portugal – O Outro Povo Eleito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Barreto, Adelino Felgueiras (1976). “Para um projeto nacional renovado”. *Resistência*, 125, 30 de abril, 5-8.
- Caeiro, Francisco da Gama (1981). “Valores espirituais dos portugueses: para uma política do espírito nos anos 80”, *Resistência*, 213-214, abril, 113-124.
- Carvalho, A. Crespo de (1974). “Viagem ao Núcleo do Portugal d’Aquém e d’Além Mar”, *Resistência*, 85-86, 15 de setembro, 3-64.
- Carvalho, Miguel (2017). *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Castelo, Cláudia (1999). *O Modo Português de Estar no Mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, Alexandre (1980). *Portugal em Perigo*. Lisboa: edição do autor.
- « - » (1981). *Portugal Guia do Mundo*. Lisboa: edição do autor.
- Costa, Eduardo Freitas (1978a). *Para uma Nova Fundação de Portugal*. Lisboa: Edições do Templo.

- « – » (1978b). *Portugal Urgente*. Lisboa: Edições do Templo.
- Cunha, Luís (2000). *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gellner, E. (1965). *Thought and Change*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gomes, Pinharanda (1979). *Pensamento Português*. Vol. IV. Lisboa: Edições do Templo.
- Júdice, José Miguel (1977). “Análise Política: Sobre a necessidade de um projeto nacional de ressurgimento”, *O Diabo*, 21, 24 de maio, 2.
- Llobera, Josep R. (2000). *O Deus da Modernidade: O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*. Oeiras: Celta Editora.
- Lourenço, Eduardo (1998). *O Labirinto da Saudade*. 3.ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Lusitano, Castro (pseud.) (1975). “Havemos de voltar”, *Vária* 8, 38, 9 de setembro, 2.
- Madeira, Bruno (2020). “Homens entre ruínas”? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- « – » (2021). ““Tendo conquistado o presente, a direita traz consigo a vitória do futuro”: o neoconservadorismo anglo-saxónico e a evolução do pensamento económico da direita radical portuguesa (1976-1985)”, *R:1*, 68, dezembro, 91-104.
- Marchi, Riccardo (2017). *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa (1976-1980)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- « – » (2020). *À Direita da Revolução. Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974-1975)*. Lisboa: Objectiva.
- Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Mesquitela, Gonçalo (1976). “Portugal: o que resta”, *A Rua*, 35, 2 de dezembro, 10.
- Moreira, Adriano (1977). *A Nação Abandonada*. Braga: Editorial Intervenção.
- « – » (1985). *Saneamento Nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Múrias, Manuel Maria (1977a). “Editorial: O 25 de Abril”, *A Rua*, 55, 21 de abril, 3.
- « – » (1977b). “Editorial: Na agonia da Pátria”, *A Rua*, 62, 8 de junho, 3.

- Pinto, Jaime Nogueira (1977). "Começar pelo princípio", *A Rua*, 63, 17 de junho, 10.
- « - » (1978). "Que país queremos ser?", *O Diabo*, 102, 12 de dezembro, 11.
- « - » (1980a). "Calçar as botas", *O Diabo*, 189, 12 de agosto, 9.
- « - » (1980b). "Vontade Política e Poder Nacional", *Futuro Presente*, 2, setembro-outubro, 10-21.
- « - » (1981). "A ponte", *O Diabo*, 212, 20 de janeiro, 7.
- « - » (1982a). "O regresso do nacionalismo", *O Diabo*, 284, 8 de junho, 11.
- « - » (1982b). "África – Que política?", *O Diabo*, 289, 13 de julho, 8.
- « - » (1984a). "25 de Abril 74-25 de Abril 84: Reflexões para uma década", *Futuro Presente*, 19-20, julho-setembro, 3-7.
- « - » (1984b). "Ainda a "descolonização" ou o primeiro D", *O Diabo*, 376, 13 de março, 2.
- « - » (1984c). "O quarto D", *O Diabo*, 375, 6 de março, 375.
- « - » (1984d). "A comunidade lusíada", *O Diabo*, 398, 14 de agosto, 3.
- Quadros, António (1978). *A Arte de Continuar a Ser Portugueses*. Lisboa: Edições do Templo.
- Real, Miguel (2011). *O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010: O Labirinto da Saudade e a Fome de Deus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rodrigues, António da Cruz (1977). "Pluralismo na política", *Resistência*, 149-150, 15 de maio, 12-18.
- Santos, Valdez dos (1974). "Editorial", *Jornal Português de Economia & Finanças*, 316, 1 a 15 de junho, 7-9.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1980). "A Pátria: essência e destino", *Jornal Português de Economia & Finanças*, 433, 15 a 21 de outubro, 7.
- Smith, Anthony D. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.